

*Semana de
Valorização da Pessoa com
Deficiência
Leis e Projetos*

*Subcomissão de Assuntos
Sociais das Pessoas
com Deficiência*



SENADO FEDERAL
2005



Gabinete do Senador Eduardo Azeredo

Senado Federal

Ala Senador Afonso Arinos, gab. 05

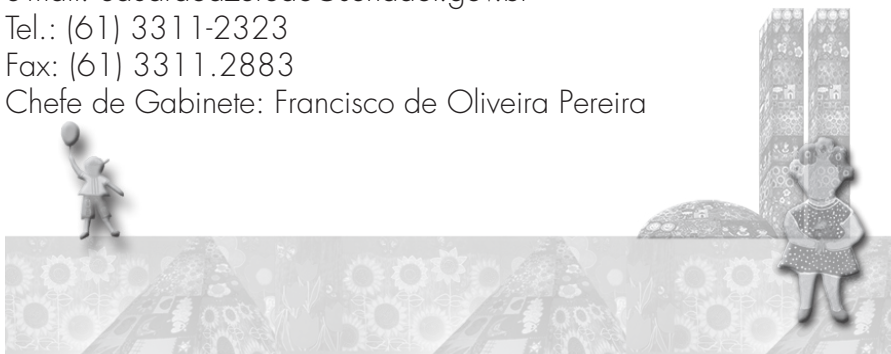
70165-903 Brasília - DF

e-mail: eduardoazeredo@senador.gov.br

Tel.: (61) 3311-2323

Fax: (61) 3311.2883

Chefe de Gabinete: Francisco de Oliveira Pereira





SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

SEMANA DE
VALORIZAÇÃO DA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Leis e Projetos

*Pesquisa realizada pela assessoria do Gabinete
do Senador Eduardo Azeredo e pela Con-
sultoria do Senado Federal.*

BRASÍLIA - 2005



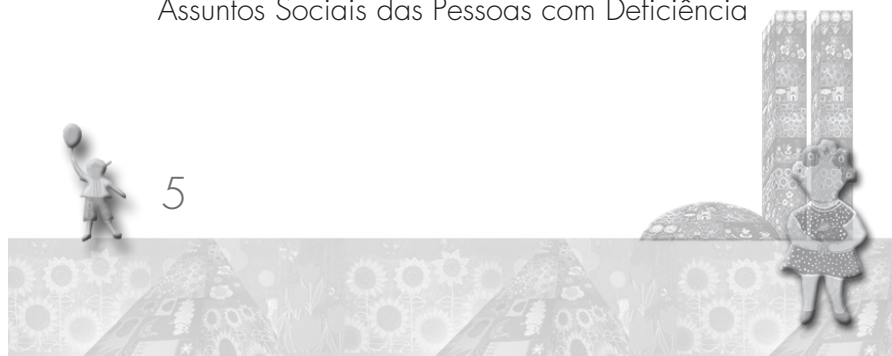
Apresentação

A Subcomissão para Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF, apresenta as ementas de Projetos de Lei em tramitação no Senado Federal a partir de 1999, e os que aprovados pelo Senado Federal tramitam na Câmara dos Deputados com a intenção de facilitar o seu acompanhamento pelos movimentos sociais.

Os Projetos de Lei, em sua maioria, referem-se à ampliação do teto da renda familiar para receber o Benefício de Prestação Continuada, isenção de impostos nos equipamentos e materiais de uso da pessoa com deficiência, introdução de serviços de reabilitação e habilitação no SUS, regulação da carga horária de trabalho para familiares, sobre o Estatuto das Pessoas com Deficiência e outros. Todos eles apresentam impacto significativo para a convivência social das pessoas com deficiência e suas famílias, principalmente àquelas em situação de vulnerabilidade também pela pobreza.

As contribuições, que forem encaminhadas ao Senado Federal, pelo poder executivo, pelas Coordenadorias e Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais de Apoio e Assistência a Pessoa Portadora de Deficiência, pelas associações e movimentos sociais sobre o assunto darão maior legitimidade e adequação à tramitação dos projetos.

Senador **Eduardo Azeredo**
Presidente da Subcomissão Permanente de
Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência



As Leis Brasileiras 2000 – 2005

A experiência da participação da sociedade no processo legislativo, vivida pelos brasileiros no desenrolar das atividades da Assembleia Nacional Constituinte, originou ações posteriores que muito têm beneficiado a elaboração das leis.

O mesmo processo verificou-se na redação de importantes normas de caráter social: o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), bem como toda a legislação referente aos direitos e benefícios da pessoa portadora de deficiência, entre outros exemplos recentes.

Nesse sentido, a interação estabelecida entre a população, grupos sociais e institucionais e o Congresso Nacional tem permitido um diálogo franco e enriquecedor, na busca de um arcabouço legal que atenda às necessidades sociais, não deixando de considerar a capacidade instrumental e financeira do Estado.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é um bom exemplo dessa interação, pois é fruto de debates e discussões que se concretizaram em cinco encontros regionais, reunindo técnicos e especialistas dos setores público e privado. A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a LOAS, representa o consenso obtido, no sentido de oferecer à sociedade brasileira o melhor atendimento possível no que tange à assistência social.



Além da LOAS, que estabelece normas para atendimento social aos vários segmentos da população, entre eles o das pessoas portadoras de deficiência, há a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que define a Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em seus múltiplos aspectos.

Após a edição dessas duas importantes normas legais, particularmente nos últimos cinco anos, ocorreram poucas, mas significativas, inovações legislativas com enfoque na proteção dos direitos da pessoa com deficiência. Merecem menção: as Leis nºs 10.048 e 10.098, ambas de 2000, a Medida Provisória nº 2.187-13, 2001, a Lei nº 10.182, de 12 de fevereiro de 2001, o Decreto Legislativo nº 198, de 2001, a Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, a Lei nº 10.754, de 31 de outubro de 2003 e a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005.

Promulgados no ano de 2000, há dois atos legais de extrema relevância no que concerne à integração das pessoas portadoras de deficiência. A Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, trata do atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência, aos idosos com idade igual ou superior a sessenta anos, às gestantes, às lactantes e às pessoas acompanhadas por crianças de colo. Já a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. Ambas encontram sua regulamentação no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

A Lei nº 10.098, de 2000, representou um grande avanço no que diz respeito à promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Propõe viabilizar essa acessibilidade mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Essa lei inclui dispositivos que tratam dos elementos urbanos, dos edifícios de uso público e privado, da acessibilidade nos meios de transporte coletivo e nos sistemas de comunicação e sinalização.



Estabelece, ainda, medidas de fomento à eliminação de barreiras.

Por fim, em reconhecimento à importância do trabalho em parceria, a referida lei estabelece, também, que as organizações representativas de pessoas portadoras de deficiência terão legitimidade para acompanhar o cumprimento dos requisitos de acessibilidade.

Também a Lei nº 10.048, de 2000, traz importantes inovações no atendimento às pessoas com deficiência. Estabelece, por exemplo, que as repartições públicas, as empresas concessionárias de serviços públicos e as instituições financeiras estão obrigadas a dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados, que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas portadoras de deficiência.

Estatui, igualmente, que as empresas públicas de transporte e as concessionárias de transporte coletivo reservarão assentos, devidamente identificados, aos idosos, às gestantes, às lactantes, às pessoas portadoras de deficiência e às pessoas acompanhadas por crianças de colo.

A edição das Leis nºs 10.048 e 10.098 trouxe significativos avanços e o necessário complemento, inclusive, à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que definiu a Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em seus múltiplos aspectos, lei essa considerada uma das grandes vitórias das pessoas portadoras de deficiência no País.

No ano seguinte, em 2001, o Congresso Nacional aprovou o texto da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, concluída em 7 de junho de 1999. De tal deliberação, resultou o Decreto Legislativo nº 198, de 2001.

A referida Convenção reafirma que a pessoa portadora de deficiência tem os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetida à discriminação com base na deficiência, emanam da dig-



nidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano.

O texto dessa Convenção traz, além de definições de termos relativos à pessoa portadora de deficiência, dispositivos por meio dos quais os Estados-Partes se comprometem a tomar medidas de caráter legislativo, social, educacional, trabalhista, ou de qualquer outra natureza, que sejam necessárias para eliminar a discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e proporcionar sua plena integração à sociedade.

As medidas previstas incluem aquelas das autoridades governamentais e/ou entidades privadas para eliminar progressivamente a discriminação e promover a integração na prestação ou fornecimento de bens, serviços, instalações, programas e atividades, tais como o emprego, o transporte, as comunicações, a habitação, o lazer, a educação, o esporte, o acesso à justiça e aos serviços policiais e as atividades políticas e de administração.

No mesmo ano, a Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001, alterou alguns dispositivos da LOAS que tratam de benefícios mantidos pela Previdência Social. Entre as modificações, consta também a alteração da Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1992, que dispõe sobre a pensão especial para os portadores de deficiência física conhecida como “Síndrome da Talidomida” que a requererem, devida a partir da entrada do pedido de pagamento no órgão competente.

Ao inserir novo dispositivo na Lei nº 7.070, de 1992, a MP acima referida determina que o beneficiário da pensão especial, maior de trinta e cinco anos, que necessite de assistência permanente de outra pessoa e que tenha recebido pontuação superior ou igual a seis, fará jus a um adicional de vinte e cinco por cento sobre o valor do benefício.

No período de 2000 a 2001, a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos automotores, foi objeto de uma série de importantes alterações. De início, a Lei nº 10.182,



de 12 de fevereiro de 2001, hoje revogada, alterou seu prazo de vigência para 31 de dezembro de 2003.

Já a Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, prorrogou o prazo de vigência para o ano de 2006 e, adicionalmente, promoveu importantes alterações no que diz respeito aos portadores de deficiência. Essa lei deu nova redação ao dispositivo que estabelece o tipo de veículo que pode ser adquirido com isenção do imposto e definiu os beneficiários da isenção: pessoas portadoras de deficiências física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, que adquirirem veículos diretamente ou por intermédio de seu representante legal.

Entre as alterações promovidas na Lei nº 8.989, de 1995, pela Lei nº 10.690, de 2003, merecem destaque, também, as seguintes:

- Para fins de isenção, passa a ser considerada também pessoa portadora de deficiência física aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física. A deficiência pode apresentar-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.
- Para a concessão do benefício é considerada pessoa portadora de deficiência visual aquela que apresenta acuidade visual igual ou menor que 20/200 (tabela de Snellen) no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20°, ou ocorrência simultânea de ambas as situações.
- Os automóveis serão adquiridos diretamente pelas pessoas portadoras de deficiência que tenham plena capacidade jurídica e, no caso dos interditos, pelos curadores.



- A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e o Ministério da Saúde definirão em ato conjunto os conceitos de pessoas portadoras de deficiência mental severa ou profunda, ou autistas, e estabelecerão as normas e requisitos para emissão dos laudos de avaliação delas.
- Os curadores passam a responder solidariamente quanto ao imposto que deixar de ser pago, em razão da isenção.
- A isenção somente poderá ser utilizada uma vez, salvo se o veículo tiver sido adquirido há mais de três anos.
- Para fins de isenção, os adquirentes de automóveis de passageiros deverão comprovar a disponibilidade financeira ou patrimonial compatível com o valor do veículo a ser adquirido.

Poucos meses depois da edição da Lei nº 10.690, de 2003, foi sancionada a Lei nº 10.754, de 31 de outubro de 2003, que voltou a alterar a lei da isenção, para determinar que a restrição imposta pela exigência para aquisição de automóveis equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos, de no mínimo quatro portas, inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a combustíveis de origem renovável ou sistema reversível de combustão não se aplica às pessoas portadoras de deficiência.

O próximo passo importante que resultou em avanço da legislação relacionada à pessoa portadora de deficiência ocorreu já em 2005: a edição da Lei nº 11.126, de 27 de junho. Essa norma legal, entre outras disposições, assegura ao portador de deficiência visual usuário de cão-guia o direito de ingressar e permanecer com o animal nos veículos e nos estabelecimentos públicos e privados de uso coletivo.

Para finalizar, importa observar que tramitam no Congresso Nacional inúmeras propostas de lei que tratam do Estatuto do Portador de Deficiência – instrumento de consolidação das conquistas das pessoas com deficiência e de proposta de inclusão de novos direitos.



○ longo debate travado entre parlamentares e os grupos representativos da população, desde 2003, sobre a edição desse Estatuto, reforça a idéia inicial aqui apresentada de que a participação da sociedade no processo legislativo é extremamente benéfica para o processo democrático. Com relação aos grupos de pessoas portadoras de deficiência, essa participação tem trazido decisivo e imprescindível avanço.

Na intenção de que a luta pelos direitos das pessoas com deficiência seja um vetor social constante, o legislador constituinte derivado estabeleceu também legislação como a Lei nº 10.242 de 2001 que "Institui o Dia Nacional das APAES", de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, sancionada em 26 de junho 2001 e a Lei nº 11.133 de 2005, que "Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência", de autoria do Senador Paulo Paim, sancionada em 15 julho 2005.



Projetos de Lei em tramitação no Senado Federal

Pesquisa realizada em setembro de 2005

SF PLC 44/2000 de 09/08/2000

Autor	Presidência da República
Relator	Senador Tasso Jereissati
Ementa	Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de deficiência - CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público e define crimes.
Situação	CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Pronto para a pauta na comissão. Retorna à CCJ, nesta data. Matéria pronta para a pauta na Comissão, com voto do Senador Tasso Jereissati pela aprovação do PLC nº 44, de 2000 com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta e pela rejeição dos PLS nºs 35 e 224, de 2001. (Tramita em conjunto com o PLS nº 35, de 2001 e PLS nº 224, de 2001).
Indexação	Alteração, lei federal, normas, apoio, pessoa deficiente, processo, colocação, mercado de trabalho, critério seletivo, competição, trabalhador autônomo, cooperativa, economia familiar, autorização, entidade, instituição beneficente, instituição assistencial, intermediário, prestação de serviço, atendimento, portador, deficiência física, deficiente mental, cego, mudo, surdo, terceirização, serviço, convênio, órgão público, empresa privada, comercialização, bens, oficina, produção, exigência, prevenção, doença profissional, contrato de trabalho, (CLT), legitimidade, ministério público do trabalho, ação judicial, defesa, relação de emprego, deficiente físico.

SF PLC 54/2001

Autor	Deputado Fernando Zuppo
Relator	CCJ – Senador João Batista Motta CDH – Senador Flávio Arns
Ementa	Dispõe sobre inscrições em Braille nos medicamentos. NOVA EMENTA : Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2001 (PL nº 3.786, de 1997, na Casa de origem), que "altera o art. 59 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, para obrigar a inscrição em Braille do nome e da data de validade na rotulagem de medicamentos."
Situação	Remetido a Câmara dos Deputados
Indexação	Obrigatoriedade, colocação, informação, divulgação, inscrição, código braille, nome, produto, prazo, validade, rotulo, embalagem, medicamentos, produção, fabricação nacional, objetivo, deficiente físico, pessoa deficiente, cego, facilidade, identificação, produto farmacêutico, medicamentos.



SF PDS 424/2003 de 04/08/2003

Autor	Senador Paulo Paim
Relator	Senador Mozarildo Cavalcanti
Ementa	Susta o inciso I do artigo 38 do Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999, da Presidência da República. (Dispõe sobre o percentual reservado aos candidatos portadores de deficiência física para provimento de cargos em comissão ou de confiança).
Situação	CCJ – Comissão de Constituição e Justiça Pronto para a pauta na comissão. Voto pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Indexação	Alteração, sustação, dispositivos, decreto, fixação, percentagem, candidato, deficiente físico, provimento, cargo em comissão, cargo de confiança.

SF PLC 30/2002 de 15/04/2002

Autor	Deputado Enio Bacci
Relator	Senador Flávio Arns
Ementa	Dispõe sobre a reserva de vagas nas creches públicas para crianças portadoras de deficiência e dá outras providências.
Situação	CE – Comissão de Educação Matéria com a relatoria.
Indexação	Obrigatoriedade, reserva, percentagem, vaga, creche, instituição pública, escola pública, território nacional, atendimento, criança, deficiente físico, deficiente mental, exigência, mão de obra especializada, servidor público, professor, corpo docente, curso de especialização, treinamento, convenio, associação profissional, habilitação profissional, direito a convivência comunitária, direito a educação.

SF PLS 112/1988 de 13/12/1988

Autor	Senador Iram Saraiva
Relator	Senador César Borges
Ementa	Concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física e maiores de 60 (sessenta) anos, nas condições nas condições que especifica.
Situação	CAE – Comissão de Assuntos Econômicos A matéria encontra-se sobrestada na Comissão, de acordo com o Requerimento nº 811/2003
Indexação	Concessão, incentivo fiscal, empregador, admissão, pessoa física, deficiente físico, limitação, idade. Fixação, normas, direitos, pessoa jurídica, dedução, imposto de renda, debito, declaração, valor, aplicação, alíquota, salário, empregado.



SF PLS 100/1999 de 09/03/1999

Autor	Senadora Emília Fernandes
Relator	Senador Eduardo Suplicy
Ementa	Altera o Decreto Lei 791, de 27 de agosto de 1969, “que dispões sobre o pedágio em rodovias federais e dá outras providências”, com a finalidade de conceder isenção do pagamento de pedágio em rodovias federais para veículos automotores adaptados para motoristas portadores de deficiência física.
Situação	CCJ – Comissão de Constituição e Justiça. Matéria com a relatoria.
Indexação	Normas, isenção, cobrança, pedágio rodovia, veículos, adaptação, motorista, deficiente físico. Isenção, pagamento, tarifas, pedágio, rodovia, veículos, veículo automotor, adaptação, motorista, deficiente físico, concessionária direitos, ressarcimento.

SF PLS 489/1999 de 17/08/1999

Autor	Senadora Luzia Toledo (PSDB)
Relator	Senador Garibaldi Alves
Ementa	Concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados a equipamentos e material educativo destinados à utilização por pessoa portadora de deficiência.
Situação	CAE – Comissão de Assuntos Econômicos Matéria com a relatoria.
Indexação	Concessão, isenção, (IPI), imposto de importação, equipamentos, material escolar, obra didática, educação, aquisição, deficiente físico, deficiência física, pessoa deficiente, deficiente mental, excepcional.

SF PLS 224/2000 de 09/10/2000

Autor	Senadora Heloísa Helena
Relator	Senadora Serys Slhessarenko
Ementa	Torna obrigatório um percentual de edição de livros e revistas em Braille e dá outras providências.
Situação	CCJ – Comissão de Constituição, Justiça Pronto para a pauta na comissão. Recebido o relatório da com voto pela aprovação do Projeto na forma do substitutivo que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão
Indexação	Alteração, lei federal, apoio, pessoa deficiente, (CORDE), inclusão, obrigatoriedade, editora, impressão, publicação, livro, literatura, didático, acadêmico, revista, periódico, empresa jornalística, disponibilidade, porcentagem, edição, leitura, portador, deficiência física, visão, cego, utilização, código braille, penalidade, infrator, proibição, distribuição, comercialização, prazo determinado, reincidência, dobro, prazo, improrrogável, viabilização, vigência, cumprimento, legislação.



SF PLS 35/2001 de 26/03/2001

Autor	Senador Lúcio Alcântara
Relator	Senador Tasso Jereissati
Ementa	Acrescenta dispositivos à Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989, a fim de estimular a inserção de portadores de deficiência no mercado de trabalho.
Situação	CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Pronto para a pauta na comissão. Retorna a CCJ, nesta data. Matéria pronta para a pauta na Comissão, com voto do Senador Tasso Jereissati pela aprovação do PLC nº 44, de 2000 com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta e pela rejeição dos PLS nºs 35 e 224, de 2001. (Tramita em conjunto com o PLC nº 44, de 2000 e PLS nº 224, de 2001).
Indexação	Alteração, lei federal, inclusão, dispositivos, fixação, direito, apoio, pessoa deficiente, integração social, convênio, contrato, isenção, encargos financeiros, encargos trabalhistas, instituição, entidade, administração pública, administração direta, administração indireta, fundação, fundação pública, fixação, estímulo, incentivo, inserção, deficiente físico, pessoa deficiente, mercado de trabalho, emprego, programa, qualificação, atividade profissional, trabalho, objetivo, melhoria, qualidade de vida.

SF PLS 50/2001 de 02/04/2001

Autor	Senador Freitas Neto
Relator	Senador Garibaldi Alves
Ementa	Altera dispositivo da Lei nº 10182, de 12 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados.
Situação	CAE – Comissão de Assuntos Econômicos Matéria com a relatoria.
Indexação	Alteração, legislação, concessão, isenção, (IPI), pessoa física, deficiente físico, aquisição, automóvel, veículo automotor, correlação, prefeitura municipal, finalidade, utilização, transporte escolar.

SF PLS 79/2001 de 09/05/2001

Autor	Senador Valmir Amaral
Relator	Senadora Serys Slhessarenko
Ementa	Dispõe sobre notação identificadora em braille nos documentos de pessoas portadoras de deficiência visual
Situação	Comissão de Constituição e Justiça Pronto para a Pauta - Voto pela rejeição
Indexação	Fixação, normas, dispositivos, obrigatoriedade, utilização, notação, braille, documentos, carteira de identidade, título de eleitor, cartão, (MF), (CFP), certificado de reservista, diploma, portadores, deficiência visual, cego.



SF PLS 194/2001 de 03/10/2001

Autor	Senadora Maria do Carmo Alves
Relator	Senador Garibaldi Alves
Ementa	Acrescenta parágrafo ao artigo 85 da Lei nº 9503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a implantação de sinalização de trânsito destinada às pessoas portadoras de deficiência visual.
Situação	CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Matéria com a relatoria.
Indexação	Alteração, código de trânsito brasileiro, acréscimo, inclusão, dispositivos, definição, critérios, competência, órgão, (CONTRAN), obrigatoriedade, proximidade, centros, ensino especial, estabelecimentos, assistência, deficiente físico, portador, deficiência física, deficiência visual, colocação, sonorização, semáforo, sinalização, trânsito, destinação, atendimento, pedestre, deficiente físico, portador, deficiência física, deficiência visual.

SF PLS 231/2001 de 31/10/2001

Autor	Senador Álvaro Dias
Relator	Senador Flávio Arns
Ementa	Acrescenta dispositivo à Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências.
Situação	CAS – Comissão de Assuntos Sociais Matéria com o relator.
Indexação	Alteração, lei federal, normas, apoio, pessoa deficiente, (CORDE), acréscimo, dispositivos, inclusão, fixação, definição, portador, deficiência física, deficiente mental, deficiência visual, deficiência auditiva, processo, colocação, mercado de trabalho, critério seletivo, competição, trabalhador autônomo, cooperativa, economia familiar, autorização, entidade, instituição beneficente, instituição assistencial, intermediário, prestação de serviço, atendimento, portador, terceirização, serviço, convênio, órgão público, empresa privada, doença profissional, contrato de trabalho, (CLT), legitimidade, ministério público do trabalho, ação judicial, defesa, relação de emprego, deficiente físico.



SF PLS 9/2002 de 20/02/2002

Autor	Maria do Carmo Alves
Relator	Senador Flávio Arns
Ementa	Altera o artigo 54 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, a fim de garantir a reserva de vagas nas creches, ou entidades similares, e pré-escolas públicas para as crianças portadoras de deficiência.
Situação	Relatório favorável , com as emendas oferecidas e pela rejeição do PLC 30/2002 que tramita em conjunto, estando em condições de ser incluído em pauta.
Indexação	Alteração, normas, lei federal, estatuto da criança e do adolescente, inclusão, fixação, obrigatoriedade, reserva, porcentagem, vaga, creche, pré escola, instituição pública, escola pública, território nacional, atendimento, criança, deficiente físico, deficiente mental, exigência, mão de obra especializada, servidor público, professor, corpo docente, curso de especialização, treinamento, convênio, associação profissional, habilitação profissional, direito a convivência comunitária, direito a educação.

SF PLS 64/2002 de 21/03/2002

Autor	Senador Waldeck Ornelas
Relator	Senadora Lúcia Vânia
Ementa	Altera a Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993, de forma a modificar a sistemática de atuação do Conselho Nacional de Assistência Social e de concessão do certificado de entidade beneficente de assistência social.
Situação	CAS – Comissão de Assuntos Sociais Pronto para a pauta na comissão. Devolvido pela Relatora, Senadora Lúcia Vânia, com minuta de parecer pela aprovação das alterações efetuadas pelo projeto no inciso I do §1º e no §2º do art. 17 da Lei nº 8.742. de 1993, e pela inserção das emendas nº 1, 2, 3 e 4 que apresenta. Matéria pronta para a pauta.
Indexação	Alteração, dispositivos, lei orgânica de assistência social, inclusão, fixação, designação, ministro de estado, coordenação, política nacional de assistência social, cargo, presidente, conselho nacional, (CNAS), correlação, responsabilidade, concessão, registro, certificado, definição, entidade beneficente, decisão, prerrogativa, (MPAS), revisão, vigência, prazo determinado, acordo, conselho de assistência social, municípios, (DF), secretaria de estado de assistência social, (INSS).



SF PLS 84/2002 de 11/04/2002

Autor	Senador Carlos Bezerra
Relator	Senador Arthur Virgílio
Ementa	Altera a Lei nº 9503, de 23 de setembro de 1997, que "Institui o Código de Trânsito Brasileiro", para fixar prerrogativa em benefício de pessoas portadoras de deficiência.
Situação	CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Pronto para a pauta na comissão.
Indexação	Alteração, normas, código de trânsito brasileiro, inclusão, dispositivos, fixação, prerrogativa, condutor, motorista, portador, deficiência física, deficiente físico, utilização, vagas especiais, estacionamento, obrigatoriedade, indicação, lateral, veículo, inscrição, condição, condutor, passageiro.

SF PLS 122/2002 de 08/05/2002

Autor	Senador Lauro Campos
Relator	Senador Flávio Arns
Ementa	Acrescenta o artigo 58-B à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, e o § 14 ao artigo 22 da Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a flexibilização da jornada de trabalho do trabalhador responsável por portador de deficiência física, sensorial ou mental, ou de doença que exija tratamento continuado.
Situação	CAS – Comissão de Assuntos Sociais Matéria com a relatoria.
Indexação	Não divulgado.

SF PLS 125/2002 de 09/05/2002

Autor	Senador Romeu Tuma
Relator	Senador Tasso Jereissati
Ementa	Altera o artigo 57 da Lei nº 9504, de 30 de setembro de 1997, para obrigar os partidos a transmitir a propaganda eleitoral em linguagem oficial para deficientes auditivos.
Situação	CCJ – Comissão de Constituição e Justiça. Pronto para a pauta na comissão com voto pela aprovação do projeto.
Indexação	Alteração, dispositivos, legislação eleitoral, eleições, inclusão, justiça eleitoral, obrigatoriedade, transmissão, programação, propaganda eleitoral, partido político, horário gratuito, emissora, radiodifusão, televisão, televisão via satélite, via cabo, utilização, leitura, sinalização, intérprete, destinação, auxílio, pessoa deficiente, deficiente físico, audição, aparelho auditivo, surdo, objetivo, divulgação, resultado, eleição, melhoria, informação, cidadão.



SF PLS 206/2002 de 07/08/2002

Autor	Senador Roberto Sartunino
Relator	Senador César Borges
Ementa	Concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual.
Situação	CAE – Comissão de Assuntos Econômicos Pronto para a pauta na comissão. Relatório favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta, e pela rejeição das emendas nºs 05 e 06 apresentadas pelo Senador Ney Suassuna
Indexação	Não divulgado.

SF PLS 6/2003 de 18/02/2003

Autor	Senador Paulo Paim
Relator	Senador Flávio Arns
Ementa	Institui o Estatuto do Portador de Deficiência e dá outras providências.
Situação	CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Matéria com a relatoria.
Indexação	Fixação, normas, dispositivos, criação, definição, estatuto, pessoa física, portador, deficiência, deficiente físico, oportunidade, trabalho, emprego.

SF PLS 51/2003 de 07/03/2003

Autor	Senadora Serys Slhessarenko
Relator	Senador Arthur Virgílio
Ementa	Define os crimes resultantes de discriminação ao portador do vírus HIV ou ao doente de aids, e dá outras providências.
Situação	CCJ – Comissão de Constituição e Justiça Pronto para a pauta na comissão. Com voto pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.
Indexação	Criação, auxílio, reabilitação, portador de necessidade especial, transtorno mental, deficiente mental, valor, benefício, salário mínimo, período, ano, assistência médica, saúde mental, acompanhamento, integração social, paciente, egresso, internação, hospital, estabelecimento psiquiátrico, convênio, (SUS), requisitos, concessão, suspensão, pagamento, coordenação, programa, (MS).



SF PLS 63/2003 de 13/03/2003

Autor	Senador Paulo Paim
Relator	Senador Jefferson Peres
Ementa	Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para disciplinar a criação da Comissão Nacional de Avaliação de Material Didático.
Situação	CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Pronto para a pauta na comissão. Recebido o relatório do Senador Jefferson Péres, com voto pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.
Indexação	Criação, alteração, comissão nacional, livro didático, biblioteca, estabelecimento de ensino, escola pública, ensino fundamental, livro, material escolar, utilização, aluno, professor, pessoa deficiente, cego, código braille, coordenação, avaliação, orientação pedagógica, aquisição, distribuição, fiscalização, programa, (mec), secretaria de educação, estados, municípios, (df), (fnde), recursos financeiros, orçamento.

SF PLS 80/2003 de 25/03/2003

Autor	Senador Paulo Paim
Relator	Senador Sérgio Cabral
Ementa	Altera o artigo 20 da Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre o benefício de prestação continuada da Assistência Social aos idosos e aos portadores de deficiência carentes.
Situação	CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Matéria pronta para pauta.
Indexação	Alteração, lei orgânica da assistência social, concessão, benefício de prestação continuada, pessoa deficiente, limitação, incapacidade física, incapacidade mental, dificuldade, exercício profissional, atividade remunerada, garantia, recebimento, benefício previdenciário, salário mínimo, desempregado, conclusão, seguro desemprego.

SF PLS 90/2003 de 27/03/2003

Autor	Senador Paulo Octávio
Relator	Senadora Fátima Cleide
Ementa	Dispõe sobre a confecção das cédulas de papel-moeda em dimensões diferenciadas, para permitir sua identificação por pessoas portadoras de deficiência visual.
Situação	CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Matéria com a relatoria.
Indexação	Fixação, normas, padrão, característica, cunhagem, confecção, emissão, moeda, papel moeda, dimensão, diferença, obrigatoriedade, objetivo, possibilidade, identificação, deficiente físico, deficiência visual, cego.



SF PLS 63/2003 de 13/03/2003

Autor	Senador Paulo Paim
Relator	Senador Jefferson Peres
Ementa	Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para disciplinar a criação da Comissão Nacional de Avaliação de Material Didático.
Situação	CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Pronto para a pauta na comissão. Recebido o relatório do Senador Jefferson Péres, com voto pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.
Indexação	Criação, alteração, comissão nacional, livro didático, biblioteca, estabelecimento de ensino, escola pública, ensino fundamental, livro, material escolar, utilização, aluno, professor, pessoa deficiente, cego, código braille, coordenação, avaliação, orientação pedagógica, aquisição, distribuição, fiscalização, programa, (mec), secretaria de educação, estados, municípios, (df), (fnde), recursos financeiros, orçamento.

SF PLS 80/2003 de 25/03/2003

Autor	Senador Paulo Paim
Relator	Senador Sérgio Cabral
Ementa	Altera o artigo 20 da Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre o benefício de prestação continuada da Assistência Social aos idosos e aos portadores de deficiência carentes.
Situação	CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Matéria pronta para pauta.
Indexação	Alteração, lei orgânica da assistência social, concessão, benefício de prestação continuada, pessoa deficiente, limitação, incapacidade física, incapacidade mental, dificuldade, exercício profissional, atividade remunerada, garantia, recebimento, benefício previdenciário, salário mínimo, desempregado, conclusão, seguro desemprego.

SF PLS 90/2003 de 27/03/2003

Autor	Senador Paulo Octávio
Relator	Senadora Fátima Cleide
Ementa	Dispõe sobre a confecção das cédulas de papel-moeda em dimensões diferenciadas, para permitir sua identificação por pessoas portadoras de deficiência visual.
Situação	CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Matéria com a relatoria.
Indexação	Fixação, normas, padrão, característica, cunhagem, confecção, emissão, moeda, papel moeda, dimensão, diferença, obrigatoriedade, objetivo, possibilidade, identificação, deficiente físico, deficiência visual, cego.



SF PLS 270/2003 de 08/07/2003

Autor	Senador Arthur Virgílio
Relator	Senadora Ana Júlia Carepa
Ementa	Altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas).
Situação	19/12/2003 CAE – Comissão de Assuntos Econômicos Situação: Pronto para a pauta na Comissão. Parecer pelo Arquivamento
Indexação	Alteração, legislação, inclusão, dispositivos, fixação, circunstâncias, exigência, portador, deficiência física, deficiência visual, deficiência mental, autismo, isenção, impostos, (IPI), aquisição, automóvel, veículo automotor.

SF PLS 272/2003 de 09/07/2003

Autor	Senador Pedro Simon
Relator	Senador Sérgio Cabral
Ementa	Dá nova redação ao § 3º do artigo 20 da Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993. (Dispõe sobre a garantia de um salário mínimo mensal do benefício de prestação continuada da Lei Orgânica da Previdência Social - LOAS à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com setenta anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família).
Situação	CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Pronto para a pauta na Comissão. Recebido nesta CDH, em 01/09/2005, com relatório do Senador Sérgio Cabral, com voto pela aprovação dos Projetos de Lei nº 80, 272 e 374, todos de 2003, na forma do Substitutivo que apresenta. Pronto para a pauta na Comissão.
Indexação	Alteração, lei orgânica de assistência social, garantia, concessão, valor, salário mínimo, velho, idoso, fixação, idade mínima, prerrogativa, reconhecimento, incapacidade, família, provimento, manutenção, pessoa física, deficiente, deficiente físico, deficiente mental, benefício previdenciário, benefício de prestação continuada.



SF PLS 295/2003 de 23/07/2003

Autor	Senador Paulo Paim
Relator	Senadora Ana Julia Carepa
Ementa	Dá nova redação ao § 6º, do artigo 1º da Lei 8989, de 24 de fevereiro de 1995, modificado pela Lei nº 10690 de 16 de junho de 2003, que "dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis para utilização no autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar, e dá outras providências".
Situação	CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Matéria com a relatoria.
Indexação	Alteração, lei federal, inclusão, dispositivos, fixação, direitos, isenção fiscal, (IPI), pessoa física, deficiente físico, aquisição, veículo automotor, motorista, destinação, transporte escolar, táxi, sociedade, cooperativas, trabalho, serviço, transporte autônomo, passageiro.

SF PLS 296/2003 de 23/07/2003

Autor	Senador Paulo Paim
Relator	Senador Mão Santa
Ementa	Altera o artigo 29 da Lei 8213, de 24 de julho de 1991, e revoga os artigos 3º, 5º, 6º e 7º da Lei 9876, de 26 de novembro de 1999, modificando a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social.
Situação	CAS - Comissão de Assuntos Sociais Pronto para a pauta na comissão. Devolvido pelo Relator, Senador Mão Santa, com minuta de parecer pela aprovação do projeto. Matéria pronta para a pauta.
Indexação	Alteração, lei federal, plano de benefícios, previdência social, salário benefício, calculo, valor, media aritmética, salário de contribuição, data, afastamento, atividade, aposentadoria especial, aposentadoria por tempo de serviço, limitação, salário mínimo, contagem, benefício, recebimento, recursos financeiros, incidência, contribuição previdenciária. Revogação, dispositivos, apuração, base de calculo, fator, benefício previdenciário.



SF PLS 298/2003 de 23/07/2003

Autor	Senador Paulo Paim
Relator	Senador Marcelo Crivela
Ementa	Dispõe sobre a assistência gratuita aos filhos e dependentes dos trabalhadores urbanos e rurais desde o nascimento até seis anos de idade, em creches e pré-escolas.
Situação	Matéria com a relatoria.
Indexação	Garantia, gratuidade, assistência educacional, beneficiário, filho menor, dependente, trabalhador rural, trabalhador urbano, limite de idade, realização, creche, instituição assistencial, instituição beneficente, educação pré-escolar, restrição, filho, excepcional, pessoa deficiente, deficiente mental, atendimento, comprovação, doença mental, laudo medico, objetivo, oferecimento, proteção, educação, necessidade, idade, assistência a educação, utilização, convenio, assinatura, estabelecimento de ensino, equivalência, autorização, sistema de ensino, auxílio, criança, ressarcimento, despesa, origem, mensalidade, limitação, valor, contrato coletivo de trabalho, concessão, benefício, apresentação, requerimento, certidão, critérios, definição, lei federal.

SF PLS 312/2003 de 06/08/2003

Autor	Senador Antônio Carlos Valadares
Relator	CAS – Senador Flávio Arns CAE – Senador Flexa Ribeiro
Ementa	Altera a Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993 para instituir o abono anual para os beneficiários do benefício da prestação continuada pago pela assistência social.
Situação	CAE – Comissão de Assuntos Econômicos Matéria com a relatoria. O Presidente da Comissão, Senador Luiz Otávio, designa o Senador Flexa Ribeiro relator da matéria.
Indexação	Não divulgado.

SF PLS 346/2003 de 19/08/2003

Autor	Senador Almeida Lima
Relator	Senadora Patrícia Saboya Gomes
Ementa	Altera a Lei nº 8687, de 20 de julho de 1993, para isentar do Imposto sobre a Renda parte dos rendimentos do trabalho percebidos por pai, mãe, tutor, curador ou responsável legal por deficiente mental sem direito a benefício previdenciário ou assemelhado.
Situação	CAE – Comissão de Assuntos Econômicos Matéria com a relatoria.
Indexação	Não divulgado.



SF PLS 374/2003 de 08/09/2003

Autor	Senador Álvaro Dias
Relator	Relator Sérgio Cabral
Ementa	Eleva a renda per capita familiar máxima para efeito de habilitação ao benefício de prestação continuada da Assistência Social, previsto no artigo 20 da Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993, de vinte e cinco (25) para trinta e sete inteiros e cinco décimos (37,5) por cento do salário mínimo
Situação	Matéria Pronta para pauta
Indexação	Alteração, lei orgânica de assistência social, aumento, limitação, renda per capita, renda mensal, família, reconhecimento, incapacidade, provimento, provisão, manutenção, pessoa física, deficiente, deficiente físico, deficiente mental, velho, idoso, fixação, garantia, percentagem fixa, correlação, salário mínimo, objetivo, concessão, benefício previdenciário, benefício de prestação continuada.

SF PLS 382/2003 de 11/09/2003

Autor	Senador Rodolpho Tourinho
Relator	Senador Magno Malta
Ementa	Dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal.
Situação	CCJ – Comissão de Constituição e Justiça Matéria pronta para pauta.
Indexação	Não divulgado.

SF PLS 452/2003 de 04/11/2003

Autor	Senador Fernando Bezerra
Relator	Senador Marcelo Crivela
Ementa	Altera os artigos 16 e 77 da Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.
Situação	CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Matéria com a relatoria.
Indexação	Não divulgado



SF PLS 17/2004 de 01/03/2004

Autor	Senador Paulo Paim
Relator	Senadora Ana Júlia Carepa
Ementa	Dá nova redação ao inciso IV do artigo 1º da Lei nº 8989, de 24 de fevereiro de 1995, incluindo os deficientes auditivos na obtenção da isenção do IPI, na aquisição de automóveis.
Situação	CAE – Comissão de Assuntos Econômicos. Matéria com a relatoria.
Indexação	Alteração, normas, dispositivos, fixação, inclusão, concessão, direito, deficiente auditivo, isenção, (IPI), aquisição, automóvel, veículo automotor, destinação, facilidade, locomoção, manutenção, bem, prazo determinado, proibição, reutilização, benefício, isenção fiscal, inobservância, pagamento, multa, taxa, impostos.

SF PLS 66/2004 de 25/03/2004

Autor	Senador Marcelo Crivella
Relator	Senador Romeu Tuma
Ementa	Altera a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, para incluir entre os beneficiários do passe livre os portadores de doenças graves e incapacitantes, inclusive em empresas de transporte aéreo quando o motivo da viagem for, comprovadamente, para fins de tratamento médico, e dá outras providências.
Situação	CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Pronto para a pauta na comissão. Recebido o relatório do, com voto pela rejeição da matéria.
Indexação	Alteração, lei federal, passe livre, inclusão, dispositivos, fixação, concessão, direito, transporte gratuito, atendimento, pessoa física, portador, deficiência, doença grave, doença incapacitante, exigência, comprovação, carência, garantia, destinação, número, assento, transporte, via aérea, transporte aéreo nacional.

SF PLS 127/2004 de 12/05/2004

Autor	Senador - Eduardo Azeredo
Relator	Senador Mozarildo Cavalcanti
Ementa	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, de forma a aumentar o período máximo de percepção do seguro-desemprego no caso de trabalhador portador de deficiência física.
Situação	CAS – Comissão de Assuntos Sociais Matéria com a relatoria.
Indexação	Alteração, legislação trabalhista, seguro desemprego, inclusão, dispositivos, fixação, aumento, prazo, concessão, benefício, trabalhador, desempregado, portador, deficiência física, período aquisitivo, prazo determinado, finalidade, amparo, circunstancia, demissão, despedida, dispensa.



SF PLS 179/2004 de 08/06/2004

Autor	Senador Álvaro Dias
Relator	Senador Teotônio Vilela Filho
Ementa	Acrescenta o § 9º ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, excetuando a aposentadoria no valor de um salário mínimo do cálculo da renda mensal per capita para a percepção do benefício da prestação continuada
Situação	CAS - Comissão de Assuntos Sociais Pronto para a pauta na comissão. Parecer concluindo pela aprovação
Indexação	Alteração, lei orgânica de assistência social, aumento, limitação, renda per capita, renda mensal, família, reconhecimento, incapacidade, provimento, provisão, manutenção, pessoa física, deficiente, deficiente físico, deficiente mental, velho, idoso, fixação, garantia, percentagem fixa, correlação, salário mínimo, objetivo, concessão, benefício previdenciário, benefício de prestação continuada.

SF PLS 209/2004 de 06/07/2004

Autor	Senador Sérgio Zambiasi
Relator	Senador Paulo Paim
Ementa	Torna obrigatória a identificação em braile nas teclas dos telefones fabricados e comercializados no País.
Situação	CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Matéria pronta para a pauta.
Indexação	Fixação, normas, dispositivos, obrigatoriedade, fabricação, aparelhos, telefonia, telefone, disponibilização, linguagem, código braile, alcance, compreensão, deficiente visual.

SF PLS 216/2004 de 07/07/2004

Autor	Senador Álvaro Dias
Relator	Senadora Ideli Salvati
Ementa	Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência.
Situação	CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria com a relatoria.
Indexação	Alteração, Lei Federal, normas, apoio, pessoa deficiente, (CORDE), inclusão, dispositivos, fixação, garantia, prioridade, diligência, tramitação, processos, procedimento judicial, instâncias, Poder Judiciário, pessoa física, portador, deficiências, acordo, definição, Lei Federal.



SF PLS 225/2004 de 11/08/2004

Autor	Senador Paulo Paim
Relator	Senador João Batista Motta,
Ementa	Altera o parágrafo único do art. 145 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para declarar que no crime de injúria qualificada pela utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem, condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência (art. 140, § 3º, do Código Penal), procede-se mediante ação penal pública condicionada à representação do ofendido.
Situação	CCJ – Comissão de Constituição e Justiça Pronto para a pauta na comissão. Recebido o relatório do com voto pela aprovação do projeto.
Indexação	Alteração, dispositivos, lei federal, definição, crime, incentivo, pratica, discriminação racial, grupo étnico, raça, cor, religião, nacionalidade, portador de deficiência, deficiente físico, deficiente mental, idoso, velho, motivo, natureza social, natureza política, natureza econômica, local, trabalho, publico, injuria, difamação, punição, infrator, multa, detenção.

SF PLS 246/2004 de 24/08/2004

Autor	Senador Augusto Botelho
Relator	Senador Flávio Arns
Ementa	Dá nova redação ao inciso II do art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir a pessoa que cuida de portador de deficiência ou de doença incapacitante no Programa Bolsa Família.
Situação	CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Matéria com a relatoria.
Indexação	Não divulgado.

SF PLS 270/2004 de 05/10/2004

Autor	Senador Paulo Paim
Relator	Senador Pedro Simon
Ementa	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, de forma a permitir que o valor da aposentadoria do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa, por razões decorrentes de doença ou deficiência física, seja acrescido de vinte e cinco por cento.
Situação	Matéria aprovada na CAS em caráter terminativo em 29/09/2005.
Indexação	Alteração, lei federal, plano de benefícios, previdência social, inclusão, direitos, segurado, deficiente, deficiente físico, acréscimo, percentagem, valor, proventos, aposentados, aposentadoria especial, comprovação, condição.



SF PLS 225/2004 de 11/08/2004

Autor	Senador Paulo Paim
Relator	Senador João Batista Motta,
Ementa	Altera o parágrafo único do art. 145 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para declarar que no crime de injúria qualificada pela utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem, condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência (art. 140, § 3º, do Código Penal), procede-se mediante ação penal pública condicionada à representação do ofendido.
Situação	CCJ – Comissão de Constituição e Justiça Pronto para a pauta na comissão. Recebido o relatório do com voto pela aprovação do projeto.
Indexação	Alteração, dispositivos, lei federal, definição, crime, incentivo, prática, discriminação racial, grupo étnico, raça, cor, religião, nacionalidade, portador de deficiência, deficiente físico, deficiente mental, idoso, velho, motivo, natureza social, natureza política, natureza econômica, local, trabalho, público, injúria, difamação, punição, infrator, multa, detenção.

SF PLS 246/2004 de 24/08/2004

Autor	Senador Augusto Botelho
Relator	Senador Flávio Arns
Ementa	Dá nova redação ao inciso II do art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir a pessoa que cuida de portador de deficiência ou de doença incapacitante no Programa Bolsa Família.
Situação	CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Matéria com a relatoria.
Indexação	Não divulgado.

SF PLS 270/2004 de 05/10/2004

Autor	Senador Paulo Paim
Relator	Senador Pedro Simon
Ementa	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, de forma a permitir que o valor da aposentadoria do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa, por razões decorrentes de doença ou deficiência física, seja acrescido de vinte e cinco por cento.
Situação	Matéria aprovada na CAS em caráter terminativo em 29/09/2005.
Indexação	Alteração, lei federal, plano de benefícios, previdência social, inclusão, direitos, segurado, deficiente, deficiente físico, acréscimo, percentagem, valor, proventos, aposentados, aposentadoria especial, comprovação, condição.



SF PLS 270/2004 de 05/10/2004

Autor	Senador Paulo Paim
Relator	Senador Pedro Simon
Ementa	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, de forma a permitir que o valor da aposentadoria do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa, por razões decorrentes de doença ou deficiência física, seja acrescido de vinte e cinco por cento.
Situação	CAS – Comissão de Assuntos Sociais – Terminativo Matéria aprovada na reunião do dia 29/09/2005.
Indexação	Alteração, lei federal, plano de benefícios, previdência social, inclusão, direitos, segurado, deficiente, deficiente físico, acréscimo, percentagem, valor, proventos, aposentados, aposentadoria especial, comprovação, condição.

SF PLS 317/2004 de 09/11/2004

Autor	Senador Mário Calixto
Relator	Senador Flávio Arns
Ementa	Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que os saldos não utilizados pelos usuários de serviços de telecomunicações prestados em regime público sejam aproveitados em favor de programas do Governo Federal de erradicação da fome e da exclusão social.
Situação	CAS - Comissão de Assuntos Sociais Matéria com a relatoria Ao Senhor Senador Flávio Arns para relatar a presente matéria.
Indexação	Alteração, legislação, lei geral das telecomunicações, acréscimo, dispositivos, determinação, obrigatoriedade, empresa de telecomunicações, recolhimento, tesouro nacional, utilização, saldo financeiro, usuários, pagamento, serviço de telecomunicações, transferência, regime publico, destinação, programa nacional, exclusão social, erradicação, fome.

SF PLS 333/2004 de 17/11/2004

Autor	Senadora Roseana Sarney
Relator	Senador Jonas Pinheiro
Ementa	Acrescenta parágrafos ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 que "Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências".
Situação	CAS - Comissão de Assuntos Sociais Matéria com a relatoria. Devolvido pelo Senador Jonas Pinheiro, para redistribuição. À Senhora Senadora Lúcia Vânia para relatar a presente matéria.
Indexação	Não divulgado.



SF PLS 20/2005 de 22/02/2005

Autor	Senador Flávio Arns
Relator	Senador Eduardo Azeredo
Ementa	Altera o inciso II do art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, de forma a eliminar a obrigatoriedade de renovação, a cada três anos, do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social para fins de isenção previdenciária.
Situação	CE - Comissão de Educação Matéria com a relatoria. Distribuído a Senadora Lúcia Vânia , para relatar.
Indexação	Alteração, lei federal, dispositivos, fixação, revogação, exigência, obrigatoriedade, renovação, período, prazo determinado, registro, certificado, concessão, (CNAS), entidade beneficente, assistência social, finalidade, isenção previdenciária.

SF PLS 131/2005 de 20/04/2005

Autor	Senador Francisco Pereira – PL/ES
Relator	Senadora Lúcia Vânia
Ementa	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir o acesso de portadores de deficiência visual à Bíblia em braile.
Situação	CE – Comissão de Educação Situação: Matéria com a relatoria.
Indexação	Alteração, lei federal, dispositivos, fixação, direito, garantia, acesso, pessoa física, cidadão, portador, deficiência, visão, cego, disponibilização, biblioteca pública, texto, código braile, obra literária, livro, bíblia.

SF PLS 235/2005 de 28/06/2005

Autor	Senador Aelton Freitas
Relator	Senador João Capiberibe
Ementa	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências" para dispor sobre o acesso das pessoas portadoras de deficiência física ao interior dos veículos de transporte coletivo.
Situação	CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Situação: Pronto para a pauta na comissão. Devolvido pelo relator, Senador João Capiberibe, o relatório pela aprovação da matéria com uma Emenda que apresenta. Matéria pronta para pauta
Indexação	Alteração, lei federal, dispositivos, fixação, critérios, garantia, acesso, pessoa deficiente, condição, deficiente físico, direito, facilidade, acesso, meios de transporte, disponibilidade, adaptação, veículos, transporte coletivo, rodoviário, aeroviário, ferroviário, aquaviário.



Projetos de Lei do Senado Federal em tramitação na Câmara dos Deputados

CD PL. 3055 1997

Autor	Senador Cassildo Maldaner
Relator	Deputado Osmar Serraglio
Ementa	Aumentando para meio salário mínimo a renda mensal per capita da família da pessoa deficiente ou do velho, objetivando o recebimento do benefício previdenciário.
Situação	MESA: Aguardando Deliberação de Recurso.
Indexação	Alteração,, lei orgânica da assistência social, aumento, limitação, renda mensal, renda per capita, família, incapacidade, provisão, manutenção, pessoa deficiente, idoso, objetivo, concessão, benefício previdenciário, salário mínimo, benefício de prestação continuada.

CD PL. 3503 2004

Autor	Senador José Sarney
Relator	Deputada Laura Carneiro
Ementa	Define os direitos das vítimas de ações criminosas e regulamenta o artigo 245 da Constituição Federal, para criar o Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos (FUNAV), além de outras providências.
Situação	CSPCCO – Relatório pela aprovação da matéria na forma do substitutivo.
Indexação	Regulamentação, dispositivos, constituição federal, obrigatoriedade, poder público, concessão, pensão alimentícia, herdeiro, pessoa carente, cônjuge, pais, ascendente, descendente, menor, idade, filha solteira, filho inválido, deficiente físico, deficiente mental, excepcional, vítima, crime doloso, caráter provisório, limitação, benefício previdenciário, salário mínimo, prazo, reparação, indenização, maioridade, morte, ressarcimento, indenização, danos, responsabilidade civil, autor, crime.

CD PL. 4526/1994

Autor	Senado Federal – Senador Iram Saraiva
Relator	DEP. Bispo Rodrigues (CCJC)
Ementa	Autoriza o Poder Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portador de deficiência.
Situação	Em 7/7/2005 – Apensado ao PL nº 2.869, de 1992, e seus apensados; pronto para pauta (no Plenário)
Indexação	Autorização, executivo, apoio, servidor publico civil, funcionário publico, administração federal, responsável, assistência, deficiente físico, deficiente mental, deficiência física, excepcional, fixação, requisitos, beneficiário, redução, jornada de trabalho, horário de trabalho, horário especial, manutenção, remuneração, servidor, concessão, benefício, cumprimento, exigência, critérios, nível, deficiência, avaliação sócio econômica, quantidade, pessoa deficiente, responsabilidade



CD PL. 2674/2000

Autor	Senado Federal – Senador Luiz Estevão
Relator	Sem Relator
Ementa	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social.
Situação	Em 7/7/2005 – Na Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados; tramitando em conjunto ao PL nº 3.055, de 1997.
Indexação	Alteração, lei orgânica da assistência social, concessão, benefício previdenciário, pessoa deficiente, excepcional, idoso, aumento, renda mensal, renda per capita, família, salário mínimo.

CD PL. 2675/2000

Autor	Senador Moreira Mendes
Relator	Dep. Selma Shons (CSSF)
Ementa	Altera o art. 1º da Lei nº 9.092, de 1995, dispondo sobre a destinação de recursos da Loteria Esportiva Federal a entidades de assistência à pessoa portadora de deficiência.
Situação	Em 7/7/2005 – Encaminhada inicialmente à Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), onde aguarda designação do relator e parecer; apensado ao PL nº 4.858, de 1998.
Indexação	Alteração, lei federal, destinação, renda líquida, teste, loteria esportiva, (APAE), inclusão, (SPB), assistência, pessoa deficiente, excepcional.

CD PL. 2740/2000

Autor	Senador Gilvan Borges
Relator	Aprovado nas Comissões (Letra B RICD)
Ementa	Institui a obrigatoriedade de prestação de atendimento cirúrgico-plástico a portadores de defeitos físicos.
Situação	Em 7/7/2005 – Aguardando deliberação na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), apensado ao PL nº 612, de 1999.
Indexação	Obrigatoriedade, (sus), realização, cirurgia, reparação, reconstrução, parte, corpo humano, pessoa deficiente, deficiente físico, portador, doença congênita, mutilação, tratamento, assistência médica, comprovação, exame psicológico, danos morais, danos pessoais, avaliação, prejuízo, utilização, recursos financeiros, seguridade social, estados, municípios, exigência, normas, (CNS), representante, usuário, hipótese, descumprimento, penalidade, servidor, crime, prevaricação, instalação, processo administrativo, crime de responsabilidade.



CD PL. 2967/2000

Autor	Senador Luiz Estevão
Relator	Dep Nilton Baiano (CSSF)
Ementa	Acrescenta § 3º ao art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social.
Situação	Em 7/7/2005 – Na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) aguardando parecer.
Indexação	Alteração, legislação previdenciária, plano de benefícios, previdência social, aplicação, penalidade, empresa, descumprimento, obrigatoriedade, contratação, segurado reabilitado, portador, deficiência física, pessoa deficiente, suspensão, financiamento, recursos, instituição financeira oficial, proibição, concessão, incentivo fiscal, participação, licitação, contratação, prestação de serviço, órgão público, administração direta, administração indireta, estados, (df), municípios, multa, destinação, (fat).

CD PL. 3676/2000

Autor	Senador Djalma Falcão
Relator	Deputado Eduardo Barbosa e Outros
Ementa	Torna obrigatório o uso do alfabeto braille nos manuais de especificações técnicas.
Situação	Em 7/7/2005 – Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, apense-se o PL 1.589, de 1996, e seus apensados. Pronto para a Pauta.
Indexação	Obrigatoriedade, utilização, código braille, manual, acompanhamento, produto eletrônico, aparelho eletrodoméstico, atendimento, leitura, pessoa deficiente, cego, inclusão, produto importado, mercadoria estrangeira, prazo, indústria de eletrodoméstico, adaptação, descumprimento, proibição, comercialização, bens.

CD PL. 5618/2001

Autor	Senadora Emília Fernandes
Relator	Deputado Inaldo Leitão
Ementa	Torna acessíveis aos portadores de deficiência auditiva as mensagens televisivas.
Situação	CCJC – relator Jose Roberto Arruda
Indexação	Alteração, legislação eleitoral, normas, eleições, obrigatoriedade, utilização, linguagem, sinalização, acesso, pessoa deficiente, surdo, propaganda eleitoral, horário gratuito, publicidade, ato oficial, Poder Público, emissora, televisão



CD PL. 0252/2003

Autor	Senador Jorge Bornhausen
Relator	Não designado
Ementa	Dispõe sobre as normas gerais relativas a concursos públicos
Situação	Em Plenário. Apensado ao PL 3.461/1989
Indexação	Normas, realização, concurso público, Administração Pública, Administração Direta, Administração Indireta, União Federal, Estados, (DF), Municípios, obrigatoriedade, princípio da publicidade, competitividade, seleção, banca examinadora, informação, certidão, exame, ato, decisão judicial, conteúdo, edital, critérios, aceitação, bibliografia, realização, prova escrita, datilografia, digitação, aptidão física, aptidão mental, concurso de títulos, classificação, proibição, fixação, limite de idade, naturalidade, comprovação, residência, prazo, alteração, publicação, cancelamento, requisitos, inscrição, pessoa deficiente, portador de necessidade especial, valor, taxa de inscrição, garantia, devolução, elaboração, aplicação, correção, prova, exame psicotécnico, prova oral, recurso administrativo, nomeação, lotação, candidato aprovado, pesquisa, vida pregressa, candidato

CD PL. 5499/2005

Autor	Senadora Lúcia Vânia
Relator	Deputada Maninha
Ementa	Acrescenta parágrafo único ao art. 18 da Lei 7853, de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência.
Situação	Comissão de Seguridade Social
Indexação	Alteração, lei federal, integração social, pessoa deficiente, inclusão, equoterapia, cavalo, serviço, tratamento médico, (SUS), convênio, reabilitação, portador de necessidade especial.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS
DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(Criada pelo Requerimento nº12, de 2005-CAS)

Senador Antônio Carlos Valadares

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Senador Eduardo Azeredo

Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais
das Pessoas com Deficiência

Dr. Raimundo Carreiro da Silva

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz

Diretora da Secretaria de Comissões

José Roberto Assumpção Cruz

Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes

Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Secretária da Comissão de Assuntos Sociais

Sala nº 9, da Ala Alexandre Costa
Anexo II - Senado Federal
70165-900 Brasília – DF

Tel.: 3311-3515

Fax: 3311-3652

